

IST/AIDS: PRÁTICAS DE PSICÓLOGOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Bruna Ferretti da Silva¹; Barbara Dias de Lima Cruz²; Amanda Gomes da Silva³ Flávio Alves da Silva⁴; Wilma Magaldi Henriques⁵

1. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: brunaferrertidasilva@gmail.com
2. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: barbaradlcruz@gmail.com
3. Estudante do curso de Psicologia; e-mail: amanda.gomes44@gmail.com
4. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: flaviosilva@umc.br
5. Professor da Universidade de Mogi das Cruzes; e-mail: wilmahenriques@hotmail.com

Área de Conhecimento: Papéis das estruturas sociais

Palavras-Chave: Vírus; Psicólogos; doença.

INTRODUÇÃO

O vírus HIV carrega diversos estigmas sociais e tabus, tendo como consequência a marginalização das pessoas soropositivas. O preconceito, o estigma negativo, a falta de informações sobre a doença dificultam não só o diagnóstico como, também, o trabalho de prevenção e a aceitação da nova condição pelo indivíduo. As/os psicólogas/os que atuam junto às pessoas vivendo com HIV-AIDS e suas famílias têm a possibilidade de desenvolver um trabalho relevante de reconhecimento de vulnerabilidades, promoção de direitos humanos e garantia de uma atenção à subjetividade das mesmas, em um contexto de dificuldades de garantia de direitos e exercício da cidadania (PERUCCHI et al, 2011). De acordo com Gomes (2018), o Brasil foi um dos pioneiros em ações governamentais para controle e cuidado da AIDS, com a criação do SUS surgiu a possibilidade de organizar e integrar os serviços de atenção as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), com isto, a integralidade da atenção à saúde convida os profissionais da área a desenvolverem práticas e intervenções, considerando as diversas dimensões do processo saúde doença cuidado. Esta visão integradora possibilita uma reflexão sobre a qualidade da atenção e sobre o enfrentamento de questões como discriminação e estigmas que permeiam a vida social e familiar, o que evidencia a necessidade de um novo olhar em relação às IST's (POSSAS et al., 2008). Neste sentido, este estudo partiu da hipótese de que os profissionais de Psicologia, ao atuarem em políticas de atendimento, controle e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis e AIDS, que as atividades cotidianas de psicólogos se centram em atividades psicoterapêuticas e de aconselhamento aos pacientes e demais usuários dos serviços de testagem e despenseiros de medicamentos. Há pouco registro sobre a participação de profissionais em atividades de conscientização e de combate ao preconceito, o que implica em manutenção de estigmas sociais que pesam sobre esta população. Nota-se também que a participação dos psicólogos nos processos de decisão de políticas públicas é baixa.

OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo geral identificar e discutir práticas cotidianas do psicólogo em serviços e equipamentos em políticas de IST/AIDS, em especial as direcionadas à pessoas que vivem com HIV; e como objetivos específicos: a) identificar as principais dificuldades e entraves para a atuação do psicólogo em serviços que atendem pessoas com IST/AIDS; e b) verificar como se dá a formação e a preparação de profissionais psicólogos para atuar em políticas de atendimento.

METODOLOGIA

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, que se utilizará da metodologia da História Oral Temática, conforme o proposto por Meihy (1991) e ainda. Participaram da pesquisa 06 (seis) psicólogos, que atuam em serviços e equipamentos de prevenção e atendimento a pacientes com IST/AIDS no Estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada através de entrevistas abertas com os psicólogos, utilizando gravador, partindo da seguinte questão disparadora: ***Pode nos contar sobre sua experiência no atendimento a pacientes com IST's e HIV?*** As entrevistas foram transcritas, textualizadas, transcriadas e cartografadas, e neste processo marcou-se as palavras-chave que continham a questão da pesquisa. Para a análise, foram entrelaçados recortes de falas dos depoimentos com reflexões das pesquisadoras e autores estudados buscando reflexão acerca das questões sobre as políticas públicas existentes direcionadas à população com IST's e AIDS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos relatos dos psicólogos entrevistados, foi possível observar que ainda existe muito preconceito em torno de questões relacionadas às IST e principalmente aos pacientes que tem IST como evidenciado no relato do P5: *“A pessoa já chega cheia de preconceitos sobre isso, e acredita que seja uma doença fatal”* (P5). Isso mostra os estigmas pelo qual a doença é percebida, oriundo de uma sociedade preconceituosa, acarretando vários impactos na saúde física e mental dos indivíduos infectados (CARVALHO; PAES, 2011). Sobre as políticas públicas relacionadas ao HIV e as IST's, que segundo Thomas Dye (1984 apud AGUM; RISCADO; MENEZES, 2015) políticas públicas são atitudes que o governo escolhe ou não fazer de acordo com cada assunto ou área, e de acordo com P3: *“Então pensar na acessibilidade dessas políticas, até onde ta alcançando as pessoas em situações de vulnerabilidade, pois no papel está bonito, mas e na prática?”* (P3). Observou-se também na fala de três participantes a grande incidência na população com mais de 50 anos infectadas por alguma IST como relata P2: *“Formular novas políticas públicas visando os idosos, que atualmente não existe, mas que essa população também vem sendo infectada”*(P2), esse relato evidencia algumas demandas dessa população, que deixa de ser invisível perante os profissionais da saúde e a sociedade sobre a sexualidade e o sexo na velhice (SANTOS; ASSIS, 2011). Os participantes destacaram também o quanto o tratamento do SUS é muito benéfico para as pessoas soropositivas, como apontado por P1: *“Atualmente o SUS é referência no mundo em tratamento do vírus em combate a Aids”* (P1). Por fim, o relato do P2: *“Eu acho que todos os profissionais de saúde deveriam se cuidar, esse tipo de serviço exige um aparato pessoal e de desenvolvimento humano, então você precisa se cuidar para dar conta do dia a dia”* (P2), evidencia a importância de se realizar acompanhamento psicoterapêutico bem como a necessidade de se buscar mais informações sobre o vírus, que de acordo com Xavier e Daltro (2015), o psicólogo assim como outros profissionais, ao longo da sua profissão se deparam com acontecimentos que geram impactos em sua vida psíquica.

CONCLUSÕES

O estudo evidenciou a importância de atendimentos psicológicos com acolhimento e uma escuta adequada de acordo com cada indivíduo que busca o serviço. Ainda se observou a necessidade de profissionais mais preparados para ocupar esses lugares, tornando a realização de cursos de atualização e especialização sobre o assunto assim como o conhecimento sobre as políticas públicas envolvidas neste campo de atuação, indispensáveis para uma atuação adequada. Cabe destacar que as pesquisadoras encontraram dificuldades

em prospectar participantes, pois apesar do Sistema Único de Saúde contar com os serviços de profissionais psicólogos, a inserção deste profissional nos serviços de saúde sexual e reprodutiva é baixa. Outro fator que se fez presente em todos os relatos é a grande eficiência das políticas públicas para as pessoas que buscam o serviço, porém em contrapartida há a necessidade de informações ainda melhores e atuais voltadas para toda a população, já que atualmente vê-se uma grande incidência de casos na população idosa, em que a sexualidade ainda é pouco abordada. O papel do psicólogo neste campo de atuação é de facilitar a aceitação do possível diagnóstico, bem como de informar sobre os comportamentos de riscos que cada indivíduo, que busca o atendimento, esteja apresentando, e, portanto, por estarem em contato direto com essa população, é importante o acompanhamento psicológico, objetivando cuidado consigo e com o outro, para que permaneça oferecendo um serviço de qualidade. Conclui-se, portanto, que apesar de políticas públicas estruturadas e campanhas divulgadas em diversos meios, ainda observa-se um grande aumento dos casos de HIV a cada anos, indicando que ainda há indivíduos em situações de vulnerabilidade que não possuem acesso a essas informações ou a locais em que os serviços são ofertados.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Simone Mendes; PAES, Graciele Oroski. A influência da estigmatização social em pessoas vivendo com HIV/AIDS. **Caderno de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 157-163, 2011.

MEIHY, J. C. S. B.; **Canto de morte Kaiowá, história oral de vida**. São Paulo: Edições Loyola, 1991

PERUCCHI, Juliana et al. PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM HIV/AIDS: ALGUMAS REFLEXÕES. **Psicologia & Sociedade**, Juiz de Fora, v. 23, n. 0, p.72-80, maio 2011.

POSSAS, Cristina de Albuquerque et al. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO E ATENÇÃO ÀS IST/HIV/AIDS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL. Prevenção e Atenção às IST/AIDS na Saúde Mental no Brasil: ANÁLISES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**, Brasília, p.13-17, 2008.

SANTOS, Alessandra Fátima de Mattos; ASSIS, Mônica de. Vulnerabilidade das idosas ao HIV/AIDS: despertar das políticas públicas e profissionais de saúde no contexto da atenção integral: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 147-157, 2011.